



Financiários aprovam Convenção

Em assembleia virtual encerrada às 17h da sexta-feira (9) os financeiros da base de atuação do Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Dourados e Região/MS aprovaram, por unanimidade dos votantes, a proposta negociada para renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2026/2028. Em todo o país a aprovação foi de 88%.

Entre os principais pontos estão o reajuste salarial com ganho real, a manutenção das regras da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), a regulamentação do teletrabalho com atenção ao controle da jornada e medidas voltadas à saúde mental e à prevenção



dos riscos psicossociais no ambiente de trabalho.

A proposta também prevê avanços relacionados à prevenção de acidentes e do assédio, à capacitação profissional, ao direito à desconexão e à realização de exames preventivos de câncer e vacinação contra o HPV.

Sindicato apoia fim da escala 6x1

O Sindicato apoia a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê o fim da escala 6x1, garantindo dois dias de descanso semanal remunerado. Embora a categoria bancária já tenha essa conquista assegurada pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), a entidade manifesta solidariedade aos milhões de trabalhadores e trabalhadoras que ainda enfrentam essa jornada exaustiva e adoecedora.

De autoria do deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), a proposta deve ser votada nesta quarta-feira (14) no Senado Federal. A aprovação depende do apoio de pelo menos 49 senadores, em dois

turnos de votação. O Sindicato chama a atenção para a importância da pressão dos trabalhadores nas redes sociais e nas ruas para “sensibilizar” os parlamentares para que a proposta avance.

Vale destacar que a discussão começou com o balconista de farmácia, Rick Azevedo, que acada de ser eleito Deputado Federal pelo (PSOL-RJ) com a segunda maior votação no Estado, foi levada ao Congresso Nacional pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP) e ganhou força com o apoio do Movimento Sindical e dos trabalhadores e conta a muito tempo também com o apoio do presidente Lula.

Privatização do BB ameaça empregos

A possível privatização do Banco do Brasil está entre os planos de governo do candidato de oposição. Em reunião com empresários do grupo Esfera Brasil, em São Paulo, em 14 de setembro, Daniella Marques, coordenadora do programa econômico do candidato, admitiu a venda de mais de 20 estatais e incluiu o BB entre as possibilidades.

A proposta ameaça o papel estratégico do banco no financiamento da agricultura, na oferta de crédito e no desenvolvimento econômico e social. Com presença nacional, a instituição atende diferentes setores produtivos, inclusive o agronegócio e a agricultura familiar, além de contribuir para a execução de políticas públicas.

Os números do governo anterior alertam para o que pode vir. Entre 2019 e 2022, o BB fechou 739 agências e eliminou 10.936 postos de trabalho. No período, a participação no crédito total do país caiu de 18,5% para 15,9%.

A privatização também coloca em risco salários dos funcionários, empregos e direitos como o plano de saúde e a previdência complementar, Cassi e Previ respectivamente.

COE cobra direção do Itaú em negociação

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú reuniu-se com a direção do banco, na quarta-feira (7), para discutir a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) Macro e a ampliação da indenização adicional aos bancários demitidos em razão do fechamento de agências. A representação dos trabalhadores também cobrou avanços em questões relacionadas ao teletrabalho, banco de horas, saúde e condições de trabalho.

Conquista importante

A nova Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria bancária, assinada em 9 de setembro pelo Comando Nacional dos Bancários e pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), traz avanços importantes no combate ao assédio moral, sexual e a outras formas de violência no ambiente de trabalho. Com vigência até 31 de agosto de 2028, o acordo amplia os mecanismos de prevenção e denúncia e fortalece a proteção dos trabalhadores. A conquista foi resultado de uma Campanha Nacional marcada por uma longa negociação. Foram 13 rodadas entre representantes dos trabalhadores (Contraf-CUT) e dos bancos, através da Fenaban.

É importante lembrar

Em novembro de 2019, o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, editou a Medida Provisória 905 (MP 905), a chamada carteira de trabalho verde-amarela, que revogava ao menos 80 garantias trabalhistas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aumentava a jornada de trabalho da categoria bancária e permitia que os bancos abrissem aos sábados. Esta é uma história importante de ser lembrada por cada bancário, e também conhecida pelos trabalhadores que na época não estavam na categoria, diante da decisão que cada um terá que tomar no dia 25 de outubro, que pode impactar a jornada e o não trabalho aos sábados dos bancários. Fique atento/a!